



A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES NA EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) NAS ESCOLAS DE UBERLÂNDIA-MG

Patrícia Fernanda Rodrigues MANUEL¹;
Cairo Mohamad Ibrahim KATRIB².

1. INTRODUÇÃO

As políticas educacionais brasileiras, dentro de suas complexidades, exercem papel significativo na busca por melhoria da educação nacional. Muitas delas foram tomando novos contornos para atender as demandas governamentais e as pautas educacionais mundiais. Dentre essas políticas está o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação (FNDE) o PDDE foi criado no ano de 1995, e atualmente é regido pela [Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021](#).

O PDDE em sua organização normativa traz orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento do cumprimento operacional do Programa. Vale salientar que o mesmo foi se adequando ao longo de sua execução para atender o contexto educacional do momento. Nesse contexto, o disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, trata da regulamentação e adequação da aplicabilidade dos recursos financeiros junto às unidades escolares.

A execução do PDDE é movida pela transferência direta de recursos financeiros às escolas. O Programa incentiva a gestão escolar pautada na autonomia da administração desses recursos em consonância com a melhoria da qualidade da educação ofertada. Nesse caminho, a participação de gestores, professores e pais na vida escolar possibilita também a efetivação de ações oriundas do PDDE.

A participação desses sujeitos promove a gestão democrática e o conhecimento do sistema educacional no Brasil. O PDDE foi criado a fim de atender ao modelo neoliberal de financiamento da educação, em que a escola executaria seus próprios recursos e prestaria contas de sua aplicabilidade, justamente promovendo a autonomia em suas decisões. Segundo Dardot (2021) o modelo político neoliberal é uma forma de promover a competição, o individualismo

¹ Mestranda em educação, Discente na Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: patriciafernanda.rm@gmail.com.

² Doutor em História Cultural, Docente na Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: cairomohamad@gmail.com





cujo projeto político promove a competição, o individualismo e o desmonte dos direitos civis que precariza as condições de vida.

Viana (2020), destaca que o PDDE, tem papel fundamental na melhoria da qualidade da educação pública brasileira como também apresenta desafios ainda não superados, em especial no que diz respeito à autogestão escolar e ao compromisso com uma gestão participativa, colaborativa, exercitada por um coletivo de pessoas atuantes na sua execução

Devido as especificidades e finalidades dos estabelecimentos de ensino públicos, as escolas não podem receber recursos financeiros direto em suas contas bancárias, para que possam receber os recursos do PDDE, um dos critérios exigidos é a criação de suas Unidades Executoras (UEX), de caráter jurídico o que permite as unidades escolares receberem recursos, que são calculados tendo como referencial os dados do Censo Escolar.

Nos dizeres de Schneider (2014), o PDDE é um programa que visa a mera distribuição dos recursos, e sua execução no contexto educacional é um desafio. Entende-se nesta proposta de estudo, que o Programa pode ser relido para além de mero processo de recebimento/gasto de recursos, pois para sua execução exige esforço administrativo e de gestão por parte das unidades escolares para aplicar a verba e promover, por meio dela transformações reais que impactam na qualidade da educação ofertada, sendo necessário uma reflexão sobre os processos internos de sua execução dentro dos espaços escolares, em especial tentando entender qual é o lugar e o papel dos Conselhos escolares na dinâmica desse Programa.

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo compreender como os gestores entendem as políticas públicas de financiamento e se entendem o papel decisório do conselho escolar na execução dos recursos financeiros suplementares do Programa Dinheiro Direto na Escola em Uberlândia-MG.

A pesquisa se justifica quando referendamos o interesse em compreender o lugar do Programa PDDE nas escolas e o papel dos Conselhos escolares na gestão dos recursos do PDDE é pelo fato de que o Programa se insere no bojo de uma das principais políticas de financiamento educacional e o Conselho escolar é a espinha dorsal desse processo, uma vez que ele é o órgão que baliza a execução e valida a prestação de contas dos recursos do Programa.

Tendo como referência as análises aqui apresentadas, destaca-se, mais uma vez, a importância dessa proposta de pesquisa, posto que é uma temática que precisa ser discutida e problematizada, a fim de refletir sobre quais balizadores normativos e filosóficos se encontra a gestão de recursos do PDDE, por entender que ele não se resume a adesão, execução e prestação de contas, mas envolve situações, sujeitos e necessidade, uma vez que as escolas públicas se encontram em diferentes contextos de desigualdade social, principalmente na área educacional.





Portanto, o papel dos Conselhos Escolares nos chama a atenção, uma vez que é esse colegiado composto por pais, estudantes e pessoas do corpo técnico pedagógico das escolas, que fará a gestão/execução do PDDE em cada escola e exercerá o poder decisório de validar e balizar as tomadas de decisões de onde e como aplicar os recursos recebidos, além de fiscalizar e ratificar a prestação de contas dos recursos recebidos, de modo que o objetivo central da pesquisa em andamento é compreender a percepção dos gestores e do conselho escolar sobre as políticas públicas de financiamento, especialmente no que se refere à execução dos recursos financeiros suplementares do Programa Dinheiro Direto na Escola na cidade de Uberlândia-MG. Além disso, busca-se analisar se esses atores desempenham um papel decisivo na melhoria da qualidade da educação oferecida e na garantia do direito à educação.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é o caminho possível para atingirmos os objetivos propostos e para respondermos às indagações deste estudo. A investigação pautará na perspectiva qualitativa de pesquisa educacional, uma vez que ela nos oferece uma visão ampla do objeto estudado inserida numa dada realidade social, política, econômica e cultural. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se por algumas características que são consideradas no desenvolvimento desta investigação.

O que justifica a opção pela abordagem quantitativa-qualitativa, segundo Creswell (2012) este é um método de natureza descritiva e processual, analítica da pesquisa no contexto do processo investigativo, referendada pelo levantamento e estudo da legislação sobre PDDE, do acervo do Cecampe Sudeste disponível e de estudo comparativo das escolas sobre o entendimento do Programa por parte dos gestores educacionais, justamente para atender as análises pertinentes para o alcance dos resultados.

Em relação aos procedimentos metodológicos, será realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo como recorte as categorias financiamento da educação, qualidade da educação e direito à educação.

Outro procedimento metodológico balizador da presente proposta de pesquisa será a pesquisa documental por meio do levantamento de documentos oficiais e normativos emitidos pelo FNDE, que tratam do Programa Dinheiro Direto na Escola, e de documentos oficiais das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e nas instituições escolares mineiras, para coleta de informações sobre a execução do Programa.





Além das pesquisas bibliográfica e documental, pretende-se recorrer à análise de indicadores educacionais dos municípios do estado de Minas Gerais, disponibilizados por órgãos, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a fim de compreender a aplicabilidade dos recursos financeiros das escolas estudadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento da pesquisa, que se encontra em andamento, foi possível imergir na temática da pesquisa por meio do bibliográfico, a fim de produzir o estado do conhecimento partindo da base dos dados da Plataforma Sucupira, um ambiente online da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujas produções científicas da produção nacional de pós – graduação estão sediadas, permitindo o acesso ao conteúdo para pesquisa.

Na plataforma CAPES utilizei de alguns descritores para filtrar a busca pelas produções, no primeiro momento utilizei o descritor “PDDE”, “PDDE + Conselho Escolar”, e “PDDE + Conselho Escolar+ financiamento”. Ao analisar a somatória dos descritores elencados cheguei ao total de 32 resultados, visto que 10 trabalhos se repetiram na alteração de descritor totalizando 22 resultados a serem analisados.

Do número de 22 resultados 18 traziam em sua dissertação a abordagem acerca do objeto de estudo o PDDE cujo a temática Conselho escolar é abordada de acordo como uma ferramenta imprescindível para a democratização das ações decisórias do recurso financeiro para a escola pública, e por este motivo, foram selecionadas para a análise.

Até o atual andamento da pesquisa as produções acerca da temática tem contribuído significativamente para compreender o objeto da pesquisa e norteando os caminhos a seguir a fim de que possamos compreender melhor a participação dos conselhos nas ações decisórias financeiras do PDDE e qual a visão da gestão acerca destes atores no desempenho da melhoria da qualidade da educação oferecida e na garantia do direito à educação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS





No curso dessa pesquisa vislumbramos que o estudo sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a participação dos conselhos escolares nas ações decisórias da destinação do financiamento em prol da educação revela uma série de desafios e aspectos positivos que impactam diretamente a gestão escolar e a implementação das políticas educacionais. Por um lado, os participantes reconhecem a importância do programa para atender às necessidades financeiras das escolas, considerando-o uma ferramenta essencial para a manutenção das atividades educacionais. No entanto, os recursos financeiros disponibilizados pelo PDDE são vistos como insuficientes para atender a todas as demandas da gestão escolar, o que limita o impacto do programa na melhoria da qualidade da educação.

Outro ponto destacado é o desconhecimento de muitos gestores e membros do conselho escolar sobre o funcionamento do PDDE e suas potencialidades. A falta de formação continuada para a gestão escolar é apontada como uma fragilidade significativa, o que compromete a plena implementação do programa. A falta de capacitação adequada dificulta a utilização dos recursos de forma eficiente e impede que as escolas aproveitem ao máximo as oportunidades oferecidas pelo programa.

As produções de texto analisadas traz a narrativa de que descentralização do programa, que deveria promover maior autonomia nas escolas, tem se mostrado limitada, já que o controle dos recursos ainda é altamente centralizado no FNDE. Embora as escolas recebam os recursos financeiros, a autonomia conquistada é restrita à gestão financeira, sem garantir espaço para a autonomia pedagógica ou política, o que compromete o desenvolvimento de uma gestão verdadeiramente autônoma e democrática.

Os conselhos escolares, por sua vez, desempenham um papel fundamental na implementação e gestão dos recursos do PDDE, mas sua atuação é, em grande parte, limitada à parte financeira. A participação dos conselhos não se estende de forma significativa à tomada de decisões pedagógicas ou políticas, o que enfraquece sua função na democratização da gestão escolar. Isso ocorre porque o programa acaba induzindo uma prática técnica e desmobilizadora, em que o aspecto financeiro se sobrepõe ao debate político e pedagógico, o que reduz a capacidade do conselho de influenciar a qualidade da educação oferecida.

Em suas conclusões, o estudo aponta a necessidade urgente de uma formação continuada para os gestores e conselheiros escolares, para que possam compreender melhor as ferramentas à sua disposição e atuar de forma mais integrada, participativa e democrática. Apesar de suas limitações, o PDDE é reconhecido como um programa relevante, mas para que possa atingir todo seu potencial, é essencial que a gestão escolar seja mais descentralizada e que os conselhos escolares adquiram um papel mais ativo na formulação e implementação das políticas





educacionais, além de garantir maior autonomia às escolas, especialmente nas dimensões pedagógicas e políticas. A centralização do controle, a burocracia excessiva e a insuficiência de recursos são desafios que precisam ser superados para que o PDDE possa efetivamente contribuir para a melhoria da educação pública.

5. AGRADECIMENTOS/ AGÊNCIA DE FOMENTO

Gostaria de expressar meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento e apoio à continuidade desta pesquisa. O suporte da Capes tem sido fundamental para o andamento deste estudo, permitindo que eu explore questões relevantes para a gestão escolar e as políticas públicas de financiamento. Este apoio financeiro é essencial para o progresso da pesquisa, possibilitando uma investigação mais profunda e a busca por soluções que possam contribuir para o aprimoramento da educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021. Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, DF, 2021.

CRESWELL, John W. *Educational research: planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research*. 4. ed. Boston: Pearson, 2012.

DARDOT, P. et. al. A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo. Trad. CUNHA, M. P. São Paulo: Elefante, 2021.

SCHNEIDER, Gabriela. **As ações do governo federal no âmbito das condições materiais e estruturais da escola:** uma problematização a partir do conceito de justiça social, 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

VIANA, Mariana Pleje. **O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional.** 2020. 454 f. Tese (Doutorado) – Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Paraná. 2020.

